

GERMANOS NA ADMINISTRAÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO ORIENTAL TARDO-ANTIGO: DIÁLOGOS E DUELOS EM *DE REGNO* E *DE PROVIDENTIA*

*José Petrucio de Farias Júnior**

RESUMO

Objetivamos discutir a partir de De Regno e De Providentia, escritas por Sinésio de Cirene (370-412/413), no momento de sua embaixada à Constantinopla (397/398-399/400), a construção da representação literária do outro (bárbaros, citas/germanos) com a finalidade de compreender em que medida tal construção discursiva se ajusta à intencionalidade do discurso, tendo em vista as circunstâncias históricas e as condições de produção dos registros de Sinésio.

PALAVRAS-CHAVE: *Sinésio de Cirene. Germanos. Administração Imperial. De Regno. De Providentia.*

Quando nos inclinamos sobre as investigações acerca dos germanos no IV século, deparamos com uma grande dificuldade: a escassez de fontes históricas germânicas. De acordo com o historiador Thompson (2002, p. 230), nos primeiros séculos do Império Romano, eles eram iletrados, e, no momento em que obtivemos indícios de sua produção discursiva, que data aproximadamente do final do IV século, encontramos-a fragmentada. Boa parte de nosso conhecimento sobre os chamados “bárbaros” – termo genérico utilizado pela historiografia greco-romana antiga para aludir aos diferentes grupos étnicos com os quais os romanos mantiveram contato – repousa sobre os registros de pensadores greco-romanos que evocaram características étnicas e político-culturais de tais povos por meio de uma visão particular, isto é, prevaleceu a perspectiva dos romanos sobre os chamados bárbaros, mais precisamente sobre os povos que habitavam a Germânia, denominação antiga da região do norte europeu.

Segundo Funari e Carlan (2007, p. 19), a divisão dos chamados bárbaros, realizada por historiadores e antropólogos no século XVIII, a qual adotava como critérios basilares a proximidade cultural e linguística de diversos grupos étnicos que viviam além das fronteiras do Império Romano, sugere três grandes ramificações, a saber: a dos germânicos, que agrega francos, godos (ostrogodos e visigodos), anglos, saxões, burgúndios, teutônicos, lombardos suevos, alamanos, vândalos, entre outros; a dos eslavos, que comporta russos, poloneses, bósnios etc; por fim, a dos tártaro-mongóis, constituída por hunos e turcos, basicamente. Convém salientar que, no interior

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Email: petrucio_jr@terra.com.br.

desses grupos, os germânicos ocupam um lugar central no tocante às interações com o Império Romano oriental tardio e serão objeto de reflexão por muitos pensadores do IV século, entre eles Amiano Marcelino, Libânio, Temístio e Sinésio de Cirene.

Os principais pensadores romanos que nos oferecem indícios étnicos e político-culturais sobre os grupos de origem germânica são Tácito, em sua *Germania*, e, mais tarde, Amiano Marcelino, em *História de Roma*. Grande parte da historiografia romana antiga versa sobre tais grupos, normalmente por meio do termo genérico “bárbaro”, isto é, sem diferenciar as especificidades dos grupos étnicos a que aludiam, e, em geral, constroem, tanto no campo da literatura quanto no campo das construções arquitetônicas, visões semelhantes sobre o “outro”, geralmente provenientes de fontes históricas antigas. A literatura romana tardo-antiga, em particular, os via como invasores e destruidores; eles lutavam, saqueavam, devastavam, queimavam e matavam, nada mais (THOMPSON, 2002, p. 231).¹

Assim, a despeito da visão crítica com a qual os romanos os viam e a despeito da aceitação desses grupos étnicos no exército romano e, portanto, dentro do Império, eles passaram pela história dos primeiros quatro séculos da era cristã em silêncio. Amiano Marcelino exemplifica, a nosso ver, a perspectiva predominante da historiografia romana tardo-antiga, no momento em que descreve as incursões dos grupos étnicos nômades de origem mongólica, na segunda metade do IV século, relato que se assemelha, por sua vez, à forma como Heródoto, historiador pertencente à literatura grega clássica, havia narrado os citas, grupo étnico localizado ao norte do Mar Negro com o qual os gregos mantiveram contato.

Eles têm corpos atarracados, pernas e braços robustos, e pescoços grossos, e são, assim, prodigiosamente feios e se inclinavam para que se tornassem animais de duas pernas, ou as figuras brutaemente esculpidas em troncos as quais são vistas nos parapeitos de pontes [...] Eles são totalmente ignorantes acerca da diferença entre certo e errado; sua fala é volúvel e obscura, e eles não estão sob tutela de religião ou superstição. [...] Esta raça selvagem, movendo-se sem dificuldade e consumida pela predileção selvagem para pilhar a propriedade de outros, avançou extorquindo e mutilando inteiramente as terras de seus vizinhos [...] (Amiano Marcelino, 31.2).

O fragmento acima afigura, em parte, uma visão genérica de como os romanos tardo-antigos concebiam aqueles que se encontravam além das fronteiras do Império Romano. Para o historiador britânico Peter Heather, a construção literária de uma visão estereotipada do bárbaro, na Antiguidade Tardia, “serviu para sublinhar o que era bom e importante sobre ser romano” (HEATHER, 1999, p. 36). Dessa forma, em consonância com o excerto acima, para além da descrição das características fisionômicas que diferiam os romanos de outros grupos étnicos, os chamados “bárbaros”, normalmente carregam marcas de inferioridade, especificamente no tocante a seus costumes, o que confere às narrativas tardo-antigas, em particular, uma forte conotação moral. Queremos dizer, com isso, que o “outro” torna-se a imagem invertida do “ser romano”, o que, em certa medida, colabora para a construção literária de uma identidade romana, que se ajusta aos diversos interesses políticos de pensadores em geral pertencentes a famílias abastadas romanas orientais tardo-antigas.

¹ Essa abordagem foi incorporada por muitos historiadores contemporâneos a nós, entre os quais, destacam-se Ramsay MacMullen (1964) e Arther Ferrill (1988).

Temístio sinaliza aspectos político-culturais semelhantes acerca dos bárbaros, no momento em que noticia a presença goda no exército romano, em 370, sob o imperador Valente. “Há em cada um de nós uma tribo bárbara, extremamente arrogante e intratável – Quero dizer moderação; e aqueles desejos insaciáveis, que se opõem à racionalidade, como Citas e Germanos fazem aos Romanos” (Temístio, *Oratio*, 10, 131b-c).

Temístio, neste excerto, alude a um dos principais argumentos mobilizados para construção da autoimagem da aristocracia romana, ou seja, o filósofo sinaliza que os romanos – isto é, um grupo específico da elite romana, seus companheiros – eram mais racionais que os povos² que viviam além das fronteiras do Império. Heather (1999, p. 236) esclarece que a racionalidade significa, segundo o modelo estoico, a habilidade individual para controlar completamente as paixões por meio de exercícios do intelecto. Caracterização que reforça as marcas de inferioridade desses grupos étnicos diante dos romanos.

Advertimos, porém, que a construção da identidade romana, a partir da imagem do outro, não se apoia em uma concepção homogênea sobre o “ser romano”, nem é a mesma entre os escritores romanos tardo-antigos, porquanto eles pertenciam a diferentes grupos sociais e, ainda que houvesse aspectos político-culturais semelhantes entre eles – a saber: a língua, as práticas religiosas e, em certa medida, a organização político-administrativa do Império e das províncias –, acreditamos que cada pensador romano vivenciava tais circunstâncias de maneira particular.

Nesse sentido, concordamos com Heather (2009, p. 14-15), no momento em que declara ser a identidade produto de uma percepção, muitas vezes enviesada a interesses particulares imediatos ao momento da escrita, e não um conjunto de características culturais comuns compartilhadas por diferentes escritores. Ainda que tais características possam manifestá-la, não podem, porém, definir a identidade. Compreende-se, no interior desse contexto, que a identidade de grandes agrupamentos humanos é sempre um fenômeno fraco, passível de contestação, além de representar apenas uma parte do debate sobre identidade.

Em outros termos, sustentamos que a identidade pode ser entendida, em parte, como construção retórica evanescente, situacional e particular e não como algo dado, característica contínua ou fato permanente em determinado momento histórico, abordagem muito comum

² Walter Pohl (2002, p. 19) adverte-nos de que a concepção de “povos” agregou diferentes conotações no transcorrer dos estudos históricos contemporâneos sobre a Antiguidade, especialmente no tocante à relação entre gregos e romanos em oposição a outros grupos étnicos denominados genericamente por autores antigos de “bárbaros”. Quando pensamos no Império Romano, especificamente entre os séculos IV e V, o estudioso orienta-nos a refletir sobre a concepção de “povos” não como portadores de uma identidade étnica consolidada e uniforme, como as fontes históricas antigas muitas vezes manifestam; isto é, a identidade étnica não é uma experiência imediata, como pertencer a uma família, a uma pequena comunidade ou a grupo com interesses afins; é, ao contrário, entendida como resultado de permanentes comunicações, escritas com objetivos e finalidades específicos, logo distintos, nas quais pode-se apreender uma multiplicidade de aspectos político-culturais entre diferentes autores pertencentes a um mesmo grupo étnico. Queremos dizer com isso que a concepção de povo, imbricada à noção de identidade étnica, é uma construção literária, portanto, histórica. No momento em que narrativas históricas tardo-antigas, escritas por pensadores romanos, registram a dicotomia entre povos (os romanos e os “outros”), cabe ao historiador considerar as circunstâncias e condições de produção do discurso em vez de apreender essas construções discursivas como reflexo da sociedade, já que muitas vezes a revelada inferioridade dos chamados bárbaros, presente em grande parte das fontes tardo-antigas, submete-se a um discurso, cujo objetivo último se dirige à propaganda imperial; posicionamento que sugere que as fontes em geral estão estreitamente relacionadas a um exercício de poder (HEATHER, 1999, p. 180). Então, pensar a sociedade romana tardia a partir do binômio romanos *versus* bárbaros, como se os romanos fossem constituídos de uma identidade que os singularizassem, torna-se uma postura reducionista. Havia diferenças significativas entre regiões e no interior de uma mesma cidade, ainda que houvesse diversas iniciativas, em nível literário, de reconstruir uma identidade romana que estivesse submetida aos interesses de um grupo social específico. Convém, nesse sentido, conceber a sociedade romana oriental tardia como um agrupamento humano constituído de diferentes grupos sociais, tais como: cristãos e adeptos de religiões clássicas; militares e civis; livres e escravos; senadores e cidadãos de uma ou mais cidades; tropas regulares e federadas, entre outros, os quais estabelecem entre si dinâmicas relações de poder e processos de integração.

entre historiadores e antropólogos que antecederam a Segunda Grande Guerra, em discursos que, muitas vezes, justificavam e fortaleciam as identidades nacionais de países europeus. Sob essa ótica, concebemos os valores morais apontados para a caracterização dos chamados “bárbaros” como porta-vozes de interesses imediatos e particulares, tendo em vista as relações de poder existentes entre os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade romana oriental tardia. Afinal, a forte inclinação moral com que o termo bárbaro é utilizado por autores que desempenharam cargos públicos no Império tardio, implica esforços de preservação de um grupo social no cenário político por meio de práticas culturais que atendem a interesses singulares.

Os questionamentos que nos fazemos são: por que, para quem e com que finalidade determinada representação discursiva sobre os não-romanos se fortalece ou se perpetua nas obras *De Regno*³ e *De Providentia*⁴ de Sinésio de Cirene (370-412/413). Em *De Regno*, o filósofo declara que:

Eis aqueles que Platão compara a cães. Em revanche, o pastor se guardará de colocar lobos com os cães; mesmo que ele os recolha jovens e se eles pareçam amansados, é a seu prejuízo que ele confiará o rebanho. Quando eles espreitarem entre os cães alguns sinais de fraqueza e de relaxamento, eles os atacam [...] Do mesmo modo, o legislador se guardará de dar armas àqueles que não nasceram e não foram educados sob suas leis. Ele não possui, por seu lado, nenhuma garantia de lealdade (ao governo constituído) (SINÉSIO, *De Regno*, 1089b).

Nos primeiros dois períodos do excerto, Sinésio se reporta à metáfora platônica entre o pastor, o cachorro e os lobos,⁵ possivelmente para sinalizar a ameaça dos germanos, particularmente dos godos, em Constantinopla. No momento histórico em que Sinésio escreve, os líderes políticos de Constantinopla vivenciavam um momento de intensa efervescência política, o que em parte se explica, de acordo com a historiadora Stephen Mitchell, pela massiva inserção ou incorporação dos Godos em cargos militares de liderança, entre eles, o *magister militum* godo Alarico, seguido por Gainas e Fravita. Em períodos anteriores, os godos eram apenas alojados em regiões provinciais como refugiados das pressões exercidas por outros grupos bárbaros ou eram acomodados como

³ *De Regno*, em particular, é concebido pela historiografia em geral como um discurso de aconselhamento endereçado ao imperador Arcádio, escrito em aproximadamente 400 d.C. e discorre, entre outros enfoques, sobre as virtudes e as responsabilidades políticas do bom governante. Podemos afirmar de maneira bastante abrangente que o discurso pretende oferecer um conjunto de orientações que visam ao fortalecimento do poder imperial por meio da defesa da imagem do bom monarca.

⁴ Trata-se de uma narrativa que conta a maneira como a administração do “pior governante”, ou seja, do “tirano”, alegorizado por Tifo, foi gradativamente enfraquecida até possibilitar o “retorno dos melhores”, isto é, do bom governante, alegorizado por Osíris, tal como havia sido previsto pela *Providência Divina* ou profecia dos deuses. Dito de outra forma, como indica o filósofo, *De Providentia* está dividida em dois livros. No primeiro, Sinésio sinaliza as características pessoais e condutas políticas tanto de Osíris quanto de Tifo; em seguida, narra a ascensão de Tifo ao poder, a qual se opõe à vontade divina. Por fim, Sinésio nos conta os últimos dias da administração de Tifo e finaliza o primeiro livro por meio de um oráculo, tal como Plutarco havia feito em *De Iside et Osiride*, cuja função era justificar a *Providência Divina*, ao prever o triunfo do bem sobre o mal. Trata-se de um conhecimento oracular, pois tal situação ainda não havia se estabelecido, uma vez que Tifo ainda estava no poder e Osíris no exílio. O segundo livro demonstra, por meio da providência divina, de que maneira os deuses puniram o mal e concretizaram o oráculo mencionado no final do primeiro livro, isto é, este livro narra o retorno de Osíris ao poder e o estabelecimento da chamada “época de ouro” (LIEBESCHUETZ, 1990, 270).

⁵ A estudiosa Marie-Henriette Quet (1978, p. 63) esclarece-nos que a referida metáfora encontra-se na *República* de Platão, em que o rei bem como os magistrados são associados a pastores, auxiliados em suas tarefas por cães, guardiães de rebanho. O rei que se comporta como tirano, de pastor, passa a ser considerado um lobo. Em Plutarco, *Moralia*, a pesquisadora também nos adverte que tanto o cachorro quanto o cavalo são metáforas associadas à ideia de honra e distinção, características atribuídas a oficiais imperiais. A essa recuperação de imagens metafóricas, Quet (1978, p. 68) diz se tratar de uma apropriação intencional, uma vez que contribuem para reprodução da ordem social existente, permitem a internalização de estruturas de poder e produzem, por sua antiguidade e repetição, consenso.

*foederati*⁶ e, portanto, esperavam fornecer suporte militar ao exército regular romano, quando convocados (MITCHELL, 2007, p. 95-96).

No tocante à estrutura retórica, de acordo com o historiador Pierre-Louis Malosse, trata-se, sob a perspectiva de *Sobre a invenção*, escrita pelo Pseudo-Hermógenes, de uma estrutura semelhante ao *topos* retórico denominado *antitheton*, em que o escritor apresenta inicialmente uma situação potencial, apoiada na autoridade delegada pela filosofia platônica, e, em seguida, alude a circunstâncias históricas contemporâneas ao escritor, a fim de que os acontecimentos contemporâneos sejam valorizados, reforçados ou contrastados.

Além disso, para Heather, a referência a Platão não diz respeito apenas ao emprego de um argumento de autoridade, mas nos permite compreender em parte a construção, em certa medida, estereotipada que se fazia por sobre os não-romanos na Antiguidade Tardia. Para o pesquisador, a literatura clássica, suas visões de mundo e perspectivas sobre o outro, na qual as famílias abastadas tardo-antigas eram educadas, desempenhava um papel central na representação literária do bárbaro (HEATHER, 1999, p. 236).

A imersão na literatura clássica possibilita, por extensão, que os escritores tardo-antigos recuperem a representação literária do bárbaro, em contraste com o romano, como *exempla* de vícios e virtudes humanos. No limite, presenciamos os reflexos da literatura clássica por sobre a literatura romana oriental tardo-antiga; dito de outra forma, autores tardo-antigos em geral reportavam-se ao bárbaro à luz de usos literários que lhes eram familiares (BEDON, 2009, p. 79).

Assim, influenciado pela literatura clássica, Sinésio, no fragmento em questão, alude a uma característica moral que reforça a oposição entre romanos e bárbaros: a *fides* dos povos civilizados em contraste com a deslealdade e a perfídia dos bárbaros, alegorizada pela figura do lobo, característica que se perpetua em diversas passagens da obra. Adicionado a isso, os romanos, como portadores das virtudes, tornam-se superiores aos não-romanos e capazes de subordinar suas paixões ou desejos imediatos para decretar, por exemplo, leis escritas. A observância e o respeito a tais leis denotam, como se verifica no fragmento acima, a *fides* dos cidadãos romanos ao imperador. O respeito às leis ou fidelidade às leis é um tema que perpassa ambas as fontes históricas, *De Regno* e *De Providentia*, como aspecto que diferencia os romanos (ou uma parte deles) dos demais grupos étnicos, tal como observamos no fragmento a seguir:

A lei das famílias e das sociedades consigna a defesa comum ao homem, a gerência dos interesses domésticos à família. Como poderíamos nós tolerar que os homens, entre nós, sejam de raça estrangeira? Não é mais vergonhoso ainda que o Império

⁶ Segundo Liebeschuetz, o exército regular romano representava a força profissional regular do Império Romano oriental tardo-antigo. O documento histórico que nos oferece dados acerca do exército regular romano é produto da compilação de aproximadamente 400 pessoas – *Notitia Dignitatum* – que representa uma lista de todas as unidades nos exércitos de ambos os lados do Império. De acordo com esse documento, as unidades regulares incluíam grande número de unidades compostas inteiramente ou quase inteiramente por bárbaros de diferentes grupos étnicos; tais unidades chamavam-se federadas. Estas unidades foram incluídas na *Notitia* porque eram inscritas somente para emergências particulares; até então, elas poderiam eventualmente se tornar parte do exército regular. A distinção entre regulares e federados é usualmente esclarecida nas fontes. Os regulares são geralmente descritos como “soldados” e os “federados” como “bárbaros”, “federados” ou pelo nome do grupo étnico do qual fazem parte, por exemplo: godos ou burgúndios. O pesquisador acrescenta que os federados se ramificam basicamente em duas categorias: 1) havia grupos étnicos, ora estabelecidos, ora meramente guarnecidos em regiões particulares do Império e recebiam *annona* em troca da assistência militar. Pode-se ilustrar tal prática entre os visigodos em Aquitaine e os burgúndios na Burgúndia; 2) havia também unidades recrutadas apenas enquanto duravam as incursões ou campanhas de povos não-romanos para dentro do Império. Podem-se citar francos, hunos ou combinações de diferentes grupos étnicos às vezes sob a direção de seus próprios generais ou reis ou sob a direção de oficiais apontados pelas autoridades imperiais. A tese de Liebeschuetz, que, em certa medida, coaduna-se às reflexões de Mitchell (2007), consiste em afirmar que no curso do quarto e quinto séculos, o exército regular tornou-se irrelevante quando comparado aos federados. Dessa forma, o que o autor espera poder ser mostrado é que os regulares deixaram de ser um elemento decisivo em campo de batalha (LIEBESCHUETZ, 1990, p. 265-276).

mais rico em heróis abandone a outro que não a seus filhos a ambição das honras guerreiras? Por minha conta, mesmo quando esses estrangeiros trouxessem para nós muitas vitórias, eu enrubresceria por lhes ter obrigado. Ah! Verdadeiramente, “eu o sinto, eu o vejo” – e essa verdade está ao alcance de todo homem razoável (*De Regno*, 1092b).

Sinésio sinaliza os benefícios da lei, tanto em âmbito familiar quanto social, como parâmetros a homens e mulheres, e que, segundo tudo a leva a crer, não se aplicavam a grupos étnicos estrangeiros. Parte-se do pressuposto de que os povos bárbaros eram incapazes de obedecer às leis escritas, concepção oriunda da literatura romana antiga e compartilhada por autores tardo-antigos, entre eles Sinésio, como demonstramos, e Orósio em *História contra os pagãos* (apud HEATHER, 1999, p. 237). Viver sob boas leis denotava que os romanos viviam sob a verdadeira liberdade, *libertas*, o que levou Heather a concluir que a imagem do bárbaro construída pelo romano vincula-se à imagem que os romanos desejavam assegurar para si mesmos (HEATHER, 1999, p. 238). Sinésio corrobora esse posicionamento, na passagem a seguir, e adverte o imperador acerca da necessidade de organizar um exército destituído de elementos estrangeiros.

Antes de chegar a essa extremidade em direção à qual nós marchamos, já não é sem tempo de nos refazer uma alma verdadeiramente romana, de voltar a ser, como antes, os únicos artesãos de nossas vitórias, ao invés de dividir o mérito, e de eliminar por todo o Estado o partido bárbaro (*De Regno*, 1093a).

As expressões “refazer uma alma verdadeiramente romana” e “voltar a ser, como antes, os únicos artesãos de nossas vitórias” reforçam a recepção do passado, por Sinésio, como *παράδειγμα* e pontua, em certa medida, a apatia com que os chamados bárbaros são descritos em diferentes passagens da obra em apreço.

Essa caracterização repulsiva com que o filósofo se reporta aos não-romanos conduziu, por sua vez, especialistas em Sinésio de Cirene até meados da década de 1990 a não considerar as marcas de integração dos bárbaros na sociedade romana oriental tardia; o que para nós não só deve ser repensado, mas também simboliza uma generalização não pertinente às obras de Sinésio,⁷ em particular *De Regno* e *De Providentia*.

Reconhecemos, no tocante ao papel dos não-romanos nas obras sinesianas, marcas de repulsa e integração que sinalizam, por outro lado, uma imagem mais flexível e menos polarizada da representação literária dos não-romanos na sociedade romana oriental do período em questão, como demonstraremos a partir do excerto a seguir:

Para dizer a verdade, as primeiras hostilidades já iniciaram. Certa efervescência se manifesta aqui e lá no Império. Dir-se-ia de um organismo colocado em presença de elementos estrangeiros, rebeldes a essa assimilação que assegura o equilíbrio físico. Que seja necessário excluir esses elementos estrangeiros dos organismos como das cidades, médicos e homens de Estado não teriam outra linguagem (*De Regno*, 1089d).

⁷ Não queremos dizer com isso que Sinésio tenha produzido um discurso favorável aos bárbaros. Tal proposição seria contraditória principalmente se levarmos em consideração o emprego retórico da imagem do bárbaro em suas narrativas; pretendemos apenas sinalizar, em Sinésio, os mecanismos de integração (e não de aceitação) de grupos étnicos não-romanos na sociedade romana oriental tardia, especialmente na administração imperial.

Inicialmente, o filósofo refere-se a campanhas de povos bárbaros de maneira genérica, entre as quais provavelmente reporte-se às lideradas pelo comandante godo Tribigildo, em 399, em virtude das repercussões de tal empreendimento na política de Constantinopla do final do século IV, momento em que as obras foram escritas. Para além das possíveis circunstâncias históricas descritas no excerto, percebemos que Sinésio ameniza a caracterização repulsiva com que se referia à presença de elementos estrangeiros em órgãos públicos romanos, porquanto é tal “assimilação que assegura o equilíbrio físico”, ainda que esse processo de integração seja marcado muitas vezes por rebeldia. Entende-se, portanto, que os bárbaros (ou melhor, um grupo étnico específico, provavelmente os godos, como argumentaremos à frente) são como elementos estranhos que penetram um organismo saudável, podendo levar à doença por sua rejeição.

No momento em que o filósofo declara a necessidade de excluir “elementos estrangeiros dos organismos como das cidades”, inferimos que o cirenaico queira advertir que os bárbaros a que se refere devem desempenhar apenas uma função auxiliar aos organismos públicos civis ou militares – a fim de que se assegure o “equilíbrio físico” do Império – e não ocupar posições estratégicas de comando, estas legadas apenas aos romanos. Adicionado a isso, ele pontua os espaços sociais em que os bárbaros possivelmente atuavam, a saber: organismos (*σώματων*) e cidades (*πόλεων*) e, a partir dessas marcas de integração dos bárbaros na sociedade romana, aconselha cidadãos romanos, detentores de cargos públicos, a saber jovens ou principiantes (*παίδες*) entre os médicos (*ιατρών*) e homens de Estado (*στρατηγών*), a se manter inclinados à adoção do mesmo posicionamento em relação aos estrangeiros.

Por ora, salientamos que o modelo interpretativo assentado na oposição entre romanos e bárbaros, que se perpetua da historiografia antiga à historiografia contemporânea sobre a Antiguidade, pôde se constituir como obstáculo à compreensão das marcas de integração dos chamados bárbaros na sociedade romana oriental tardia. Apenas uma leitura atenta às fontes nos permite ir além desse par dicotômico. Afinal, é difícil acreditar que os romanos tivessem recrutado bárbaros em escala significativa se, de fato, o perigo de traição ou deslealdade fossem extremos, como sugerimos a partir da leitura do fragmento abaixo:

Em nossa época, no entanto, não é com intenções hostis que vieram a nossa casa, mas suplicando ao curso de uma nova emigração. E na doçura de nossa acolhida, não tiveram negócio com as armas de Roma; nossas disposições foram aquelas que convinham adotar ao olhar de suplicantes. Mas essa raça grosseira nos devolveu o que se esperava: ela encorajou-se e apenas teve por seus benfeitores ingratidão. Também teu pai pegou as armas para puni-los, e novamente eles adotaram, com suas esposas, a atitude de suplicantes lamentáveis. Vencedor na guerra, esse não pode resistir à compaixão: ele os convidou a se revelar, fez deles seus aliados, acordou-lhes o direito de cidade, abriu-lhes acesso às honras e distribuiu a terra romana àqueles que eram os mortais inimigos. Tudo a sua grandeza de alma, a sua natural generosidade, teve por eles apenas bondades. Mas a virtude excede uma inteligência bárbara (*De Regno*, 1097b).

Sinésio noticia, no fragmento acima, três aspectos político-administrativos que demarcam a integração entre romanos e germanos na sociedade romana oriental do final do IV século, a saber: concessão de direitos cidadãos, acesso a honras e, por fim, distribuição de terras romanas. Conforme sublinhamos no trecho em análise, Sinésio também reconhece a habilidade militar dos

germanos; e tal reconhecimento não é contraditório com relação à caracterização repulsiva com que ele se referiu à inserção desses povos na sociedade romana, uma vez que os não-romanos eram, de fato, úteis à contenção de investidas contra o Império. Assim, inferimos que Sinésio, ao se opor incisivamente aos bárbaros em algumas passagens de *De Regno*, tinha em mente um grupo étnico específico, entre outros existentes, o qual, no momento em que a obra foi escrita, de fato, representava uma ameaça à unidade político-administrativa do Império. Como Sinésio não distingue explicitamente o grupo étnico a que se refere, muitos estudiosos perpetuam, a nosso ver, a ideia de discurso antibárbaro e negligenciam, por extensão, as estratégias de integração de grupos étnicos não-romanos nas estruturas político-administrativas do Império presentes nos discursos sinesianos.

Sob essa ótica, se considerarmos os acontecimentos históricos de Constantinopla no final do IV século, apontaremos os godos como objeto principal de crítica ou repulsa nas narrativas sinesianas. Assim, partindo do pressuposto de que houvesse resistências aos chamados bárbaros, nós a compreendemos nesses termos.

Quanto à integração de grupos étnicos com quem o Império Romano Oriental mantinha relações diplomáticas, deduzimos que Sinésio os teria concebido apenas como colaboradores do Império; por exemplo, como componentes das unidades federadas que complementavam as unidades constituídas predominantemente por nativos e lideradas por eles, tal como eram aceitos até Teodósio I.

Ao final do fragmento, o cirenaico restitui, porém, a condição de inferioridade dos estrangeiros diante dos romanos, porquanto as virtudes e as leis escritas suplantam “uma inteligência bárbara”. Observamos, de modo geral, aspectos que sinalizam estratégias de repulsa e integração dos chamados bárbaros em *De Regno*. Integração que, de certa forma, vincula-se aos esforços de imponentes generais ou líderes políticos não-romanos e seus seguidores que procuravam se destacar étnica e politicamente na sociedade romana oriental tardo-antiga, a fim de conquistar legitimidade para estabelecer alianças; repulsa, na medida em que o ingresso de determinados grupos étnicos não-romanos na administração imperial dificultava o acesso de famílias abastadas provinciais a cargos civis e militares, além de subordiná-las a tais agentes de poder.

Em *De Providentia*, no momento em que Sinésio narra o julgamento de Tífo, após a expulsão dos citas da cidade real, identificamos semelhantes marcas de integração dos não-romanos nas estruturas político-administrativas do Império:

Tarde veio uma reunião de deuses e anciões sobre Tífo, colocou-se em pauta, o que há muito cada parte discutiu entre si. Havia mulheres, que dominavam ambas as línguas e os que não entendiam o outro em dado momento, elas traduziam seus planos, o Egito os planos do povo bárbaro e por outro lado os bárbaros, os planos dos egípcios. Havia também eunucos e dirigentes profissionais de acusação, todos que haviam sido estabelecidos por Tífo e sua esposa contra Osiris e perante testemunho as piores acusações haviam sido instrumentalizadas; que os lugares mais importantes foram ocupados pelos bárbaros – o que Tífo abandonara, ele levou quase a um bloqueio, com isso a desgraça cercou a cidade santa (*De Providentia*, II, 3.7).

A nosso ver, o cirenaico comenta, no excerto acima, a iniciativa de alguns líderes políticos contemporâneos a ele, figurados por Tífo, de aceitar o ingresso de bárbaros em postos elevados da administração imperial. Sustentamos que esse cenário político competitivo e muitas vezes

ameaçador, se levarmos em consideração o fato de que Gainas havia se tornado em 399 *magister militum* de Constantinopla, durante a embaixada de Sinésio em Constantinopla (397/398-399/400), tenha levado o filósofo de Cirene, tanto em *De Regno* quanto em *De Providentia*, a destacar a deslealdade de não-romanos quanto à não-observação das leis escritas romanas, semelhante à maneira pela qual a imagem do tirano Tífo é construída. Não é por acaso que, em *De Providentia*, o filósofo intensifica as semelhanças entre os “citas”, – termo que na obra em questão simboliza os bárbaros – e Tífo, o tirano, no que tange ao comprometimento com os cidadãos e respeito às leis, oriundos dos costumes antigos (*mos maiorum*). Defendemos, dado o exposto, que a representação do bárbaro, proveniente da literatura greco-romana antiga, reforça a preocupação de Sinésio em veicular experiências políticas pretéritas como *παράδειγμα*, tendo em vista a intencionalidade dos discursos.

Por essa razão, com base nas orientações do pesquisador Walter Pohl, reforçamos a proposta de que o posicionamento de Sinésio não pode ser compreendido como espelho das dissensões entre romanos e bárbaros na sociedade romana oriental tardia, embora aquilo que Sinésio registra em *De Regno* de fato externe a defesa de fronteiras sociais. Ou seja, reconhecemos a tentativa de demarcação, delimitação ou, simplesmente, distinção entre romanos e não-romanos; porém, conforme mencionamos, tais fronteiras estão a serviço da intencionalidade do discurso e se submetem às relações de poder entre distintos grupos sociais no momento da escrita das obras em análise; aspecto comum, diga-se de passagem, a qualquer agrupamento humano (POHL; REIMITZ, 2000, p. 14). Em outras palavras, são construções literárias submetidas à organização retórica do documento histórico. Por isso, tais representações não são objeto de consenso entre pensadores tardo-antigos, mesmo no interior de um grupo social e em um momento histórico específico.

Dessa forma, torna-se relevante compreender em que medida tais estratégias de distinção e marcas de integração social se submetem à intencionalidade dos discursos *De Regno* e *De Providentia*, uma vez que, a nosso ver, Sinésio, em ambos os discursos, não objetivava discorrer especificamente sobre a relação entre romanos e bárbaros. Para que tal discussão seja aprofundada, demonstraremos em que medida a imagem do bárbaro se coaduna à imagem do tirano nas obras objeto de análise.

Levando em consideração o fato de que os bárbaros – “citas” – são caracterizações discursivas delimitadas por uma intencionalidade ideológica, perguntamo-nos o que teria instigado Sinésio a mencioná-los em seu mito egípcio, haja vista a existência de outros grupos étnicos que habitavam a Europa e a Ásia Central. Em primeiro lugar, destacamos a influência dos citas na literatura grega e romana antiga o que, a nosso ver, possibilitou especulações e apropriações de escritores tardios, entre eles Sinésio; e, em segundo lugar, o fato de que os citas se notabilizavam, no séc. VII a.C., pelas habilidades militares (PARZINGER, 2009, p. 41-47), assim como os germanos no séc. IV d.C., linha de raciocínio que está ancorada na ideia de que o passado oferece instruções ao presente.

Outro elemento que reforça o vínculo entre os antigos citas e a apropriação discursiva que Sinésio faz desse grupo étnico versa sobre a alegoria do lobo, presente na narrativa mítica sinesiana. Sobre isso, Parzinger (2009, p. 73) informa-nos de que, na terra dos citas, contava-se que cada um dos mais jovens uma vez por ano metamorfosear-se-ia em lobo. Para o pesquisador, isso pode indicar festivais de culto em que os mais jovens utilizavam peles e máscaras, que possivelmente

eram de lobo, ou talvez fosse o lobo uma espécie de animal a que os citas julgavam estar ligados ou atribuíam a sua descendência. Há, por conseguinte, uma conotação mística por trás dessa alegoria. Dessa forma, reconhecemos, ainda que seja por meio de especulações, uma relação entre a alegoria do lobo e os citas, tal como também é retratado por Sinésio.

A esse respeito, Sinésio afirma:

o documento é sobre os filhos de Tauro, e, na primeira parte do tratado, até o mistério do lobo, (τὸ μέχρι τοῦ κατὰ τὸν λύκον αἰνίγματο) foi lido publicamente, apenas durante o tempo, quando o pior estava no poder (μετὰ τὴν κάθοδον τῶν ἀρίστων ἀνδρῶν) (*De Providentia* I).

Observa-se, até aqui, o caráter depreciativo com que o termo lobo (λύκον) é utilizado, já que o mistério do lobo está associado às trajetórias políticas do governo do pior, ou seja, Tifo, cujo posicionamento político era favorável aos bárbaros (καὶ τοῖς βαρβάροις ἀεὶ πεπολίτευται) (*De Providentia* I, 15.5); o que, de certa forma, assemelha-se à conotação pejorativa que identificamos em *De Regno*, mais precisamente na metáfora do pastor, dos cães e dos lobos, recuperada dos escritos de Platão (1089c), em que o cirenaico adverte o imperador quanto à necessidade de remoção dos ζῆνοι do exército romano.

Adicionado a isso, localizamos, no último capítulo do 1º Livro da narrativa mítica sinesiana, a última referência específica ao termo lobo, a saber:

Então ele esperou, pois àquela altura ele já havia aprendido, o que logo aconteceria a Osíris, fato que se confirmou com o ano vindouro, quando o filho, Hórus, decidiu estabelecer uma aliança, em vez dos leões, com os lobos. Quem agora é lobo ensina um discurso sagrado, os pronunciamentos não são religiosos, nem mesmo na forma de um mito (*De Providentia* I, 18,8).

Para compreender o fragmento, precisamos pontuar alguns aspectos do enredo da narrativa mítica de Plutarco, o que reforça o emprego independente e tendencioso com que o cirenaico utiliza o enredo do mito egípcio plutarquiano. Diferentemente de Plutarco, Sinésio enfatiza em sua narrativa mítica o triunfo político de Tifo e simplesmente descarta a personagem Ísis e a busca pelo corpo de seu esposo, Osíris. A deusa egípcia foi substituída pelo termo genérico “esposa de Osíris” e seu papel foi minimizado, se utilizarmos como contraponto a narrativa mítica plutarquiana.

Segundo Sinésio, após a morte de Osíris, assassinado por seu irmão Tifo, caberia a seu filho Hórus derrotar o tirano, tal como Plutarco (*De Is. et Os.* 358 C) havia narrado, no entanto esse enredo é obliterado na narrativa mítica sinesiana a partir do segundo livro, em que Osíris volta a protagonizar o cenário político. No que diz respeito ao episódio narrado acima, Hórus, com a finalidade de suplantar o governo de Tifo, prefere se associar aos lobos (λύκον) a se unir aos leões (λέοντο). Como a citação de Hórus se restringe ao final do primeiro livro de *De Providentia*, ou seja, trata-se de uma menção isolada no enredo, sublinhamos que o filósofo não a tenha feito fortuitamente. Para refinar nossa reflexão, convém confrontar o trecho acima àquele a que possivelmente Sinésio fez referência:

Posteriormente Osíris veio a Hórus de Hades, e instruiu e treinou-o para a batalha. Então ele perguntou o que ele pensou que fosse a mais bela ação. Quando Hórus

disse, “para socorrer um pai e mãe quando eles sofrem errado”, ele requereu-lhe uma segunda pergunta: qual ele pensou que (fosse) o animal mais útil para aqueles que estavam partindo para a batalha? Quando Hórus disse: “um cavalo”, ele ficou surpreso e perguntou: “por que antes um cavalo que um leão?” Hórus disse que um leão foi útil a quem precisava de ajuda, mas um cavalo guiou o inimigo em retirada e destruiu-o completamente. Osíris estava satisfeito quando ele ouviu isso, considerando Hórus estar adequadamente preparado (Plutarco, *Iside e Osiride*, 358b-c).

Ao comparar os dois enredos, chamam-nos atenção os seguintes aspectos: primeiro, a maneira vaga com que Sinésio se reporta a Hórus e à situação enunciativa em que estava inserido no momento em que fez a escolha entre os animais; segundo, a discrepância entre os animais, a saber: leão e cavalo na narrativa plutarquiana e leão e lobo na narrativa sinesiana.

Para a historiadora Jacqueline Long (1987, p. 113-114), a escolha do lobo por Sinésio torna a narrativa sinesiana ainda mais enigmática e o cirenaico o teria recuperado apenas como recurso estilístico. Assim, a historiadora sustenta que Sinésio pretendia apenas perpetuar um artifício retórico já empregado por Plutarco: a veiculação de um enigma, de tal forma que seu desvendamento “fornece mais uma satisfação intelectual do que um conselho político concreto”. Para ela, tendo em vista as múltiplas apropriações, aplicações e interpretações da alegoria do lobo em fontes greco-romanas antigas, nenhuma escolha é definitiva (LONG, 1987, p. 114).

Perguntamo-nos se, de fato, seja essa a maneira como devemos compreender a alegoria do lobo, tendo em vista o enredo que o envolve e as condições de produção do discurso. Particularmente, nosso posicionamento se distancia do de Long na medida em que nos apoiamos em outros elementos da narrativa sinesiana para delinear o que teria motivado Sinésio a inserir a alegoria do lobo.

Sendo assim, imaginamos que Sinésio, a partir do emprego dos vocábulos “lobos” e “leões”, faça uso de um mecanismo de diferenciação entre dois grupos étnicos não-romanos. Em outros termos, Hórus opta pelo apoio dos “lobos”, entendido aqui não em caráter místico ou religioso, como o filósofo nos adverte no fragmento, mas, possivelmente, apenas como atributo para diferenciação de grupos étnicos distintos.

Concordamos com Nicolosi (1959, p. 205), no momento em que declara que provavelmente, ao se reportar ao leão, Sinésio tenha tido em mente os godos, e os lobos, por outro lado, simbolizariam os hunos. Uma das razões para tal associação dar-se-ia em virtude de suas características fisionômicas: os godos eram normalmente altos e loiros em oposição aos hunos, mais baixos, escuros. Embora, num primeiro momento, pareça ser um argumento ingênuo, essas características fisionômicas são reforçadas pelo próprio Sinésio em *Elogio à Calvície* – a nosso ver, um discurso dirigido à crítica aos godos, no interior do qual as características fisionômicas desse grupo étnico são evidenciadas e contrastadas a outros grupos, e não um mero exercício de retórica como resposta ao *Elogio à Cabeleira* de Dion Crisóstomo, como a historiografia acentua. Salientamos, sob essa ótica, que *Elogio à Calvície* é, em parte, produto do olhar crítico de Sinésio em relação à integração dos germanos na sociedade romana oriental tardia, registrada previamente por Sinésio em *De Regno* e, em seguida, em *De Providentia*. Para fundamentar nosso posicionamento, sugerimos a leitura do fragmento a seguir em que Sinésio sinaliza a presença de germanos na composição do exército romano e os caracteriza fisicamente.

Sobre esses intervalos, uma delegação inimiga se apresenta. Ela esperava ser recebida, em sua chegada, pelos grandes da Corte, as pessoas de seu séquito e de seus contínuos, por não ser apenas muito tempo depois admitida em audiência pelo soberano. Ora, esse estava no momento à mesa. Pois não havia ainda, como se vê aqui, esses guardas pessoais, esse exército recrutado no seio do exército, todos jovens e altos, de cabelos loiros e encaracolados, com a cabeça lustrosa, bonita aparência (νέοι πάντες, πάντες ευμηκεῖς, τὰς κομὰς ξανθοί τῆ καὶ περιίττοι, αἰεὶ δὲ λιπαροὶ κεφαλὰς καὶ καλὰ πρόσωπα), com escudos de ouro, lanças de ouro, cuja aparência nos anuncia o príncipe como, se se pode dizê-lo, os primeiros raios do dia de sol. Todo o exército, em contrapartida, desempenhava o papel que lhe cabia, da guarda dos reis e do reino (*De Regno*, 1084d).

Como se observa, Sinésio destaca, ao se remeter aos bárbaros ou estrangeiros, as características fisionômicas que lhe chama atenção, a nosso ver, por se tratar de mais um elemento de distinção étnica entre os grupos em interação no discurso: germanos e romanos. O excerto abaixo, em certa medida, reitera essa abordagem.

Mestres de serviço de mesa, confeitheiros, copeiros, tantos empregos reservados aos citas. Quanto a esses empregados domésticos que transportam sobre seus ombros essas cadeiras-longas que se pode alugar para se sentar nas ruas, ainda não são apenas os citas, raça há muito qualificada, em boa justiça, por ser submissa aos Romanos. Mas que esses homens loiros, cabeludos como Eubeus, sejam, no mesmo povo, os escravos dos particulares e os mestres do Estado, eis o mais perturbador, o mais extravagante dos espetáculos. Se não é um enigma, eu não sei o que merece esse nome (*De Regno*, 1093c).

Dessa forma, quando observamos o uso do vocábulo “citas”, em *De Providentia*, para aludir aos não-romanos, sustentamos que tal termo não versa sobre todos os grupos étnicos que poderiam ser estigmatizados como bárbaros, mas, sim, aos germanos, mais precisamente, aos godos, o que exclui outros grupos étnicos. Para além da caracterização dos “citas”, reconhecidos por nós como “godos”, notamos, mais uma vez, os aspectos de repulsa e integração desses bárbaros na sociedade romana oriental tardia; porquanto, de um lado, ajustam-se à categoria de escravos ou, no limite, colaboradores em ofícios citadinos; de outro, são reconhecidos como mestres de Estado (αρχονταξ), ou seja, detentores de cargos públicos, o que pressupõe que também participavam da vida política da cidade e, por extensão, do Império.

Outras passagens do discurso reforçam o fato de que Sinésio tem em mente um grupo étnico específico no momento em que se refere aos citas; esse posicionamento se fortalece quando observamos suas advertências ao Imperador: “Se tu experimentares meus desconfortáveis conselhos a seguir, é que tu esqueces ao mesmo tempo sobre quais homens tu reínes e de qual raça eu falo – περί δε ἔθνους οποιου τους λόγους ποιούμαι” (*De Regno*, 1096c). Ou suas considerações sobre esse grupo étnico: “Mas esta raça grosseira (γένος ἀμαθεῖς) nos fornece o que se era de direito esperar: ela se encoraja e apenas teve ingratidão para seus benfeitores” (*De Regno*, 1097a). Dado o exposto, é possível que o cirenaico tenha se referido aos godos, tendo em vista não só as indicações presentes em seus discursos como elucidamos, mas também as circunstâncias históricas que podem ter colaborado para o viés interpretativo da narrativa.

Cameron e Long (1993), ao partir do pressuposto de que “lobos”, “citas” e “germanos” são termos correlatos, declaram que Sinésio externa dois posicionamentos divergentes sobre os bárbaros, pois no primeiro livro de *De Providentia*, eles são concebidos como aliados e não como inimigos mortais ou objeto de repulsa, como em *De Regno*.

Como tentativa de justificar o que de fato teria levado Sinésio a amainar a abordagem repulsiva aos bárbaros, na passagem de *De Regno* para o primeiro livro de *De Providentia*, os pesquisadores recorrem aos estudos recentes da historiadora Rita Lizzi (apud CAMERON; LONG, 1993, p. 320-321), segundo os quais a abordagem de Sinésio pode ser facilmente explicada pelo fato de que, quando o filósofo escreve *De Regno*, o general godo Gainas ainda não havia se tornado *comes rei militaris*; logo, não representava ameaça e o *magister militum* godo Alarico atuava longe de Constantinopla, na província Illyricum. Já o primeiro livro de *De Providentia* teria sido escrito imediatamente após os desdobramentos do golpe militar de Gainas de 12 de julho de 400, momento em que a crise política havia se estabelecido. Isso explicaria o caráter amistoso com que o filósofo se reporta aos citas/germanos. O segundo livro, por outro lado, teria sido redigido já no instante em que Gainas e seus seguidores se encontravam longe da cidade, após sua expulsão de Constantinopla, e, portanto, não representavam para Sinésio um perigo potencial. Tal contexto explicaria o motivo pelo qual, a partir do segundo livro de *De Providentia*, Sinésio reitera o caráter repulsivo aos bárbaros que mantivera em *De Regno* (CAMERON; LONG, 1993, p. 319).

Reconhecemos, em particular, os esforços dos historiadores Cameron e Long em associar mito e história. Essa abordagem se torna, de fato, possível quando se associa *De Regno* aos capítulos 15, 16 e 17 do primeiro livro de *De Providentia*. E o resto da narrativa mítica? Torna-se obscura ou de difícil interpretação como eles mesmos alegam. Esses impasses, a nosso ver, revelam que o objetivo de Sinésio, com as fontes em questão, não é apenas o relato histórico dos eventos políticos de Constantinopla. Afinal, dificilmente Sinésio redigiria uma obra contraditória ou desconexa, tal como eles afirmam ao comparar, por exemplo, o primeiro e o segundo livros de *De Providentia* e as circunstâncias históricas que interferiram na escrita desses livros.

A nosso ver, há, ao contrário do que propõem Cameron e Long, não só uma proximidade temática entre *De Regno* e *De Providentia*, mas também uma coerência entre o primeiro e o segundo livros da narrativa mítica, tanto no que concerne à construção discursiva do bom governante e do tirano, quanto no que diz respeito ao papel ocupado pelos bárbaros na sociedade egípcia construída por Sinésio. Assim, defendemos que ambos os livros de *De Providentia*, entendidos a partir de sua unidade semântica, dialogam com *De Regno*.

Isso posto, sublinhamos que, na narrativa mítica sinesiana, os estrangeiros, ou seja, os citas, não-romanos, encontram-se associados a Tifo ou se familiarizam com ele, tanto no compartilhamento de vícios (*De Providentia* I.3, 4) quanto na colaboração de suas inclinações político-administrativas. Por exemplo, no momento em que o rei Tauro retira-se do cenário político – Sinésio não informa, precisamente, se o rei estava doente ou havia morrido – sacerdotes e militares egípcios reúnem-se para escolher, entre os filhos do rei, Osíris e Tifo, o futuro governante. Todavia,

Os pastores de porcos nem mesmo deveriam assistir, e qualquer um que proviesse de outro povo ou tivesse semelhante ascendência e portassem junto aos egípcios armas como mercenários: também estes estavam proibidos de estar lá. Desse modo, também o filho mais velho estava em forte desvantagem. Então, os pastores de porcos e os estrangeiros constituíam a tropa de algazarra de Tifo, uma numerosa e incontável multidão (*De Providentia*, I, 5.3).

Na passagem em questão, Sinésio reporta-se, em certa medida, ao *topos* literário narrado por Heródoto (apud LONG, 1987, p. 110) em que os gregos baniam os criadores de porcos das eleições e proibiam-nos de entrar em templos em razão da imundície de seus ofícios. O cirenaico justapõe os estrangeiros e os pastores de porcos para inseri-los no mesmo patamar. Por essa razão, influenciado pela metáfora da contaminação dos criadores de porcos, como o fragmento sugere, Sinésio aproxima os estrangeiros de Tifo e os desqualifica como legítimos líderes políticos. O cirenaico não se refere a esse *topos* em outras partes de seu discurso, o que nos permite inferir que o filósofo objetivava, nesse momento, apenas validar seu posicionamento contra os godos (citas) no tocante ao compartilhamento de práticas político-culturais concernentes apenas aos nativos tal como as leis ou os costumes antigos (*mos maiorum*) prefiguravam.

No transcorrer da obra, Sinésio deixa claro que, sem o apoio dos estrangeiros, Tifo não seria bem-sucedido e, como já era previsto, os sacerdotes, movidos pela sabedoria divina, ratificam a vitória de Osíris, em uma decisão que levou Tifo a contestar a legitimidade da votação, ao afirmar que era o mais velho e, portanto, tinha prioridade. Como a vontade dos deuses se sobrepunha à argumentação de Tifo, ele resolve aplicar um golpe auxiliado pelos citas, invalidando, assim, a vitória de seu irmão (*De Providentia*, I, 6). Adicionado a isso, no instante em que Sinésio retrata o acordo entre Tifo e o general cita, no contexto do golpe militar à cidade real do Egito, observamos, mais uma vez, a associação entre Tifo e os bárbaros no plano político.

Seguindo essa linha de raciocínio, o segundo livro de *De Providentia*, ao contrário de sinalizar uma ruptura com o primeiro, registra o clímax da narrativa mítica sinesiana, pois os egípcios, oprimidos pela presença dos soldados citas e pela administração de Tifo, aproveitam a fuga repentina dos citas para se unir e expulsá-los da cidade bem como destituir Tifo, como havia previsto os deuses (*De Providentia*, II, 2). Mais detalhadamente, no instante em que os citas deixavam secretamente a cidade com seus pertences, filhos e esposas, uma senhora idosa e muito pobre, que se encontrava em um dos portões da cidade, viu-os, dirigiu-se a eles e, invocando os deuses, disse:

Então, ela virou o recipiente, que reunia para ela o dinheiro, queixou-se desoladamente sem parar e invocou os deuses: “Sim, vós citas”, então ela disse: “os egípcios receberam como suplicantes, como vocês foram expulsos de sua pátria e sem destino ao redor dela perambulavam, o Egito trata não só tão bem, como é decente diante dos suplicantes, antes concederam a vós até mesmo o direito dos cidadãos e em importantes ofícios foram iniciados, finalmente a vós até mesmo foram feitos senhores por sobre a política, de modo que os próprios egípcios se comportam como citas, porque esse fingimento beneficia a eles. Nossos costumes encontram-se em grande reputação como os locais. Por que então agora isso? Por que vós partis? Por que estais a embalar vossos bens em conjunto e toma estas providências? Certamente os deuses deliberarão contra os benfeitores não com ingratidão [...] Ela disse isso e lançou-se abaixo de seu rosto. Ao lado dela levanta um cita com uma espada desembainhada para cortar a cabeça da senhora, porque ele suspeita que ela censurasse e denunciasses seu trabalho noturno. Porque ele ainda achava que eles fariam isso despercebidamente, porque ninguém daqueles muitos que viram isso, tinham coragem suficiente para pô-lo ao léu. Então ela teria sido vítima da espada (*De Providentia*, II, 2, 3-4).

Após esse episódio, os egípcios, sensibilizados com a morte da velha senhora, iniciam repentinamente o levante que resultou na expulsão dos citas da cidade real. Interessa-nos aqui sublinhar o uso literário da figura da “velha senhora”, que já se fazia presente em Dion Crisóstomo.

A participação dos bárbaros na concretização do projeto político de Tífo também pode ser identificada no contexto do golpe político que possibilitou tanto Tífo quanto os citas invadir a cidade real. Sinésio deixa claro que se trata de uma iniciativa coletiva em que ambos tornam-se responsáveis pela destituição do bom governante, como se observa abaixo:

Decidiu-se enganar Tífo por um certo tempo. Ele agora achava até mesmo que pode debochar dos deuses, porque ele não deveria sofrer de imediato, o que de fato teria sido merecido – é que para se tornar animal de batalha e oferenda de guerra, já que ele era o principal culpado de que os egípcios (por) um longo tempo fossem escravos dos citas – e, porque Dike, a deusa da justiça, que é sábia e (em) momentos apropriados sabe administrar, adiou seu castigo (*De Providentia*, II, 3.3)

Até esse momento, Sinésio procura mostrar ao público-leitor que a participação dos bárbaros na administração política do Egito apresentou uma série de inconvenientes à manutenção da estabilidade política e que, por toda essa experiência, fazia-se necessário retornar ao tempo em que o Egito era governado e defendido apenas pelos egípcios, cujo líder político maior, o monarca, pautava suas ações políticas nas leis antigas e seus conselheiros, soldados e amigos tornavam-se, em certa medida, guardiães dos costumes antigos.

A fim de oferecer um fio condutor aos *topoi* retóricos mobilizados por Sinésio, retornemos à unidade temática presente em ambas as fontes históricas. Em *De Regno*, discorreremos sobre dois aspectos centrais que, para Sinésio, caracterizavam os bárbaros, a saber: a falta de *fides* e, por extensão, o desrespeito às leis, o que denota, em outras palavras, predileção pela perfídia e pela deslealdade. Em *De Providentia*, o filósofo retrata, no transcórre do primeiro livro, não só a afinidade entre os bárbaros e Tífo, quanto ao compartilhamento de vícios, mas também a contribuição dos estrangeiros à vitória política de Tífo, o que suplantava as antigas leis egípcias, de acordo com o cirenaico. Isso posto, sustentamos que Sinésio tenha pretendido mostrar o perigo que os chamados citas representavam ao Egito, dado que eram indivíduos vulneráveis, isto é, podiam ser facilmente manipulados.

Tal como Susanna Elm (1997, p. 112) pontua, eles eram, sob a ótica de Sinésio, mercenários, soldados afeitos ao dinheiro; eram facilmente movidos pelos seus próprios vícios e cativos de seus próprios medos e inseguranças. Nesse sentido, ainda que os citas fossem dotados de habilidades militares que contribuíssem para o estabelecimento da ordem, como Sinésio reconhece, eram como “criadores de porcos” (*De Providentia*, I, 5,3), logo diferentes dos nativos (egípcios = romanos); eram, adicionado a isso, instrumentos a serviço de seus mestres, o que levou Elm (1997, p. 113) a declarar que se “o mestre souber como governar apropriadamente, os citas se tornarão bons soldados, se não, eles se comportarão como escravos-revoltos”.

Não podemos nos esquecer de que a imagem do bárbaro que Sinésio constrói ajusta-se à intencionalidade do discurso. Assim, consideramos relevante sublinhar que a representação literária sobre a deslealdade e perfídia dos “bárbaros” (godos, especificamente) em oposição aos “romanos”, e a associação dos bárbaros à tirania evidencia, por oposição, a conduta política de um grupo comprometido com a manutenção da harmonia político-administrativa, já que se subentende que a fidelidade política, o respeito às leis e a observação do *mos maiorum* compõem as práticas políticas do cirenaico.

Dito de outra forma, os pares antagônicos (bom governante x tirano; romanos x bárbaros; virtude x vício), presentes em *De Regno* e *De Providentia*, longe de serem vistos como construtos literários separados, é que possibilitam a similaridade temática dos discursos em análise. Particularmente, percebemos que o tema subjacente a eles versa sobre a legitimidade política do monarca e, por extensão, dos oficiais imperiais eleitos por ele. Isso significa dizer que essas imagens, presentes na superfície do texto, convergem para as estratégias de aquisição e legitimação do poder e, no interior desse processo de construção discursiva, a veiculação do *ethos* político torna-se indispensável a membros da administração do Império que ambicionam se firmar no cenário político.

GERMANS IN THE IMPERIAL ADMINISTRATION OF THE LATE EASTERN ROMAN EMPIRE: DIALOGUES AND DUELS IN *DE REGNO* AND *DE PROVIDENTIA*

ABSTRACT

We intend to discuss from De Regno and De Providentia, written by Synesius of Cyrene (370-412/413), at the moment of his embassy to Constantinople (397/398-399/400), the construction of the literary representation of the other (barbarians, Scythians/Germains) in order to understand in what way this discursive construction fits to the intentionality of the discourse, considering the historical circumstances and the conditions of writings production of Synesius.

KEY-WORDS: *De Regno. De Providentia. Germains. Imperial administration. Synesius of Cyrene.*

REFERÊNCIAS

FONTES

AMMIEN MARCELLIN. **Histoires**. Livres XXIX-XXXI. Trad. G. Sabbah; L. Angliviel de la Beaumelle. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

PLUTARCO CHERONESE. **Iside e Osiride**. Trad. S. Ciampi. Firenze: Dalla Stamperia Piatti, 1823.

SINESIO DI CIRENE. **Sul Regno**. Trad. A. Garzya. Napoli: Libreria Scientifica Editrice, 1973.

SYNÉSIOS DE CYRÈNE. Les discours sur la royauté. (De Regno) In: LACOMBRADÉ, C. **Le discours sur la royauté de Synésios de Cyrene à l'empereur Arcadius**. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

SYNESIUS OF CYRENE. De Providentia: Egyptians or, On providence. In: CAMERON, A.; LONG, J. **Barbarians and politics at the Court of Arcadius**. Berkeley: University California Press, 1993.

SYNÉSIOS DE CYRÈNE. **L'éloge de la calvitie, Dion, Le traité sur les songes**. Trad. N. Aujoulat. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

SYNESIOS VON KYRENE. **Die ägyptischen oder Über die Vorsehung.** (*De Providentia*). Trad. M. Hose. München: Universität München, 2010.

BIBLIOGRAFIA

BEDON, E. Le modèle romain, obstacle à la compréhension du monde barbare: l'exemple des peuples hispaniques chez Tite-Live. **Les Études Classiques**, n. 77, p. 79-94, 2009.

CAMERON, A.; LONG, J. **Barbarians and politics at the Court of Arcadius.** Berkeley: University California Press, 1993.

CARLAN, C. U. As invasões germânicas e o império romano: conflitos e identidades no baixo-império. **História: Questões & Debates**, n. 48/49, p. 137-148, 2008.

_____.; FUNARI, P. P. A. Romanos e germanos: lutas, guerras, rivalidades na Antiguidade Tardia. **Brathair**, v. 7, p. 17-24, 2007.

ELM, S. Isis' loss – gender, dependence and ethnicity in Synesius' *De Providentia* or *Egyptian tale*. **Zeitschrift für Antikes Christentum**, v. 1, p. 96-115, 1997.

FERRILL, A. **The fall of the Roman Empire: the military explanation.** London: Thames & Hudson, 1988.

HEATHER, P. The barbarian in late antiquity: image, reality and transformation. In: MILES, R. **Constructing identities in late Antiquity.** London: Routledge, 1999.

_____. **Empires and barbarians: migration, development and the birth of Europe.** Oxford: Macmillan, 2009.

LIEBESCHUETZ, W. **Barbarians and Bishops: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Crysoston.** London: Oxford University Press, 1990.

LONG, J. The wolf and the lion: Synesius' Egyptian sources. **Greek, Roman, and Byzantine Studies**, v. 28, n. 1, p. 103-115, 1987.

MACMULLEN, R. Imperial bureaucrats in the Roman provinces. **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 68, p. 305-16, 1964.

MITCHELL, S. **A history of the later Roman Empire: the transformation of the Ancient World.** Oxford: Blackwell, 2007.

NICOLOSI, S. **De Providentia di Sinesio di Cirene: studio critico e traduzione.** Padova: CEDAM, 1959.

PARZINGER, H. **Die Skythen.** München: C. H. Beck, 2009.

POHL, W. **Die Völkerwanderung: Eroberung und integration.** Berlin: W. Kohlhammer, 2002.

_____.; REIMITZ, H. **Grenze und differenz im frühen Mittelalter**. Wien: Akademie der Wissenschaften, 2000.

QUET, M.-H. Rhétorique, culture et politique: Le fonctionnement du discours idéologique chez Dion de Pruse et dans les *Moralia* de Plutarque. *Dialogues d'histoire ancienne*, v. 4, n. 1, p. 51-118, 1978.

THOMPSON, E. A. **Romans and barbarians: the decline of the western empire**. Wisconsin: University Wisconsin Press, 2002.